



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Pedro do Carmo

Assembleia da República, 25 de junho de 2021

Assunto: **Audição do Ministro do Mar e do Presidente do Conselho Diretivo do IPMA, I.P.**

A pesca em Portugal enfrenta um conjunto alargado de problemas para os quais o PCP tem vindo reiteradamente a alertar e para os quais tem vindo a apresentar propostas com vista à sua resolução e ao desejado desenvolvimento do sector.

Os problemas da pesca estendem-se também à atividade de marisqueio/apanha de moluscos bivalves, sendo este um sector que assegura o emprego e o rendimento a milhares de famílias, dando um importante contributo para combater o défice da balança alimentar nacional.

De acordo com as estatísticas da pesca relativas a 2020, encontram-se licenciados e registados no território nacional 1219 apanhadores, com particular incidência nas regiões Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Algarve. A atividade destes profissionais resultou na descarga em lotas nacionais, em 2020, de 1015,4 ton de amêijoas, a que se associa um valor global de 2,66 milhões de euros, sendo de realçar que estas quantidades e valores são uma ínfima parte da produção e comercialização real.

No entanto, como o PCP já alertou em outros momentos e mais recentemente no Projeto de Lei n.º 817/XIV/2, esta atividade enfrenta um conjunto de condicionalismos e de problemas específicos a que é urgente dar resposta adequada.

Desde logo se identificam problemas relacionados com a contaminação do meio hídrico que inviabiliza a apanha e comercialização de moluscos bivalves para consumo humano. Muitas destas situações resultam da falta de investimento em infraestruturas de tratamento de efluentes que, sendo descarregados sem tratamento adequado, comprometem a boa qualidade do meio hídrico receptor.

Em recente resposta a um requerimento do PCP, o Governo e o IPMA espelharam a forma completamente insuficiente como se está a abordar este problema, retratando uma profusa investigação epistolar que não apurou nem poderia apurar as causas profundas do problema, e principalmente, encontrasse as soluções para mitigar os problemas e retomar a produção o mais depressa possível.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Ora as causas da degradação da situação fitossanitária têm origem, as mais das vezes, em acções ilegais de entidades concretas, como é o caso das descargas, e na falta de investimento, ao longo de décadas, na proteção destes territórios, por parte de sucessivos governos, incluindo a falta de intervenção nos âmbitos do tratamento adequado de águas residuais, das dragagens e dos apoios à renovação dos viveiros.

Paralelamente, não têm sido tomadas medidas que mitiguem as consequências que as restrições impostas à produção, apanha e comercialização de moluscos bivalves vivos, podem implicar, quer em termos económicos, quer em termos sociais, com destaque para a perda de rendimentos dos profissionais, o encerramento de empresas e unidades de produção e o desemprego, o que sendo grave de per si, é ainda importante contributo para que estas actividades prossigam de forma ilegal, colocando em risco a saúde pública.

Em algumas zonas, nomeadamente no Estuário do Tejo, existe ainda a necessidade de desenvolver uma maior divisão do zonamento, permitindo responder melhor quer no âmbito da autorização da atividade de marisqueio, quer no âmbito dos mecanismos necessários para assegurar a eficácia do controlo fitossanitário.

Por fim, importa conhecer a avaliação que é feita sobre a suficiência dos actuais meios públicos colocados ao serviço da fiscalização e correcção da qualidade fitossanitária, e das perspectivas e condições para o seu reforço.

Pelo exposto e considerando a relevância da situação relativa à actividade de marisqueio/apanha de bivalves, entende o PCP ser necessário esclarecer e clarificar as intenções do Governo sobre esta matéria, pelo que o **Grupo Parlamentar do PCP** vem requerer a presença do **Sr. Ministro do Mar e do Presidente do Conselho Diretivo do IPMA, I.P.**

O Deputado

João Dias